

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO N° ,DE 2006 (Do Sr. Paulo Feijó)

Solicita seja convidado o Sr. Marco Aurélio Garcia, assessor da Presidência da República, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as consequências da nacionalização da Petrobras na Bolívia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 219, § 1º, do regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, sejam tomadas as providências necessárias a que seja convidado o Sr. Marco Aurélio Garcia, assessor da Presidência da República, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as consequências da nacionalização da Petrobras na Bolívia.

JUSTIFICATIVA

É de fundamental importância que as autoridades do Governo Federal esclareçam as consequências da nacionalização da Petrobras na Bolívia.

A Petrobras explora 98% da capacidade de refino da Bolívia. Em média, 40 mil barris de petróleo e líquido de gás natural por dia em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra. Atende a 100% da demanda de gasolina na Bolívia e a 70% do óleo diesel consumido naquele país.

Nos últimos 10 anos, a Petrobras investiu cerca de US\$ 1,5 bilhão na Bolívia. 20% do PIB boliviano vem dos tributos pagos pela Petrobras. O Brasil importa da Bolívia, por dia, 24 milhões de metros cúbicos de gás natural – equivalentes a cerca de metade do gás natural consumido aqui e 75% em São Paulo.

No dia 1º de maio de 2006, segundo nota da agência oficial oficial de notícias do governo da Bolívia: “O Presidente da Bolívia, Evo Morales Ayma,

mediante Decreto nº 28701, nacionalizou o conjunto de recursos hidrocarbonetos do país e ordenou que as Forças Armadas ocupassem todos os campos petrolíferos com batalhões de engenheiros. Morales explicou que os bolivianos voltam a assumir a propriedade desse recurso natural, o que constituirá, junto a outras ações, no pilar central do desenvolvimento da Bolívia e de seu povo e, consequentemente, da libertação de um país com os mais altos níveis de marginalidade e desigualdade na distribuição de sua riqueza..."

O governo espanhol do socialista José Luiz Zapatero manifestou sua "mais profunda preocupação". A União Européia também.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 2006.

DEPUTADO PAULO FEIJÓ
PSDB/RJ